

**ter coragem é ir para algum lado.
é tempo de arriscar!**

Sob o domínio do PROJECTO



Ana Alvim

1. A década de 80 do século passado marca uma alteração no discurso em Educação. O “projecto” entra nos discursos e nos normativos que organizam a Escola e os modos de desenvolver o currículo: o Projecto Educativo de Escola, o Projecto Curricular de Escola e o Projecto Curricular de Turma tornaram-se os instrumentos de gestão pedagógica. Pelo menos no plano discursivo, pretendiam promover uma cultura reflexiva sobre os processos do ensinar e do aprender e fomentar um trabalho colaborativo entre os actores da cada comunidade educativa.

Esta concepção de projecto apareceu associada ao reconhecimento de que à Escola e aos seus profissionais cabem funções que se afastam do mero cumprimento de um currículo prescrito a nível nacional, num quadro de crescente autonomia e autoridade baseadas no conhecimento do contexto em que se inserem e da população com que trabalham, bem como dos recursos de que dispõem. Uma concepção de projecto que se articula com uma concepção de profissional como protagonista da sua operacionalização, como coordenador de uma acção partilhada e decidida num colectivo. Uma concepção que anuncia uma Escola autónoma, responsável, atenta à comunidade, participada, aberta e democrática.

Num percurso nem sempre fácil, construíram-se em cada escola projectos que permitiram às comunidades educativas afirmar-se enquanto autores e actores de um projecto pelo qual respondem à comunidade.

2. Mantendo-se o discurso normativo sobre a necessidade de tais documentos de gestão e organização da acção educativa, o projecto associa-se – pela entrada em vigor do Decreto-Lei nº 75/2008 – a decisões estratégicas e de planeamento numa Escola que necessita de um rosto: “um primeiro responsável, dotado da autoridade necessária para desenvolver o projecto educativo da escola e executar localmente as medidas de política educativa”. Ao director serão imputadas as responsabilidades pela prestação do serviço público de Educação e pela gestão dos recursos públicos postos à sua disposição. Serão pedidas contas pelo “seu projecto” de intervenção na escola, que constituiu a base da candidatura ao cargo.

Nas escolas, assiste-se hoje passivamente à substituição de um projecto colectivamente construído por um projecto individual, que vai sendo vertido, de forma muitas vezes invisível, no anterior. E a operacionalização deste outro projecto, que pode ser ou não partilhado com a comunidade, vai modificando a concepção de Escola e da sua missão. É uma concepção de projecto de gestão que concebe a Escola como unidade produtora de resultados, remetendo os seus profissionais para meros executores das medidas de política educativa. Um projecto que se afasta de uma construção partilhada e democrática e lança a Escola no mercado, com os seus produtos/resultados educativos. Um projecto que tem de ser competitivo e capaz de afirmar a Escola – uma Escola a que já não basta estar atenta à comunidade em que se insere, mas que tem de se mostrar e ser apelativa, melhor do que as concorrentes.

Anabela Sousa
Direcção do SPN

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro
Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Inês Rangel · **Foto Capa** Adriano Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal nº** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Para onde vai este país?

Em Abril de 2011, onde estará o cidadão português capaz de prever, com um mínimo de segurança, o estado do país dentro de seis meses, um ano, dois ou três que sejam?

Nestes momentos de desorientação colectiva é de esperar que nem todos se desorientem da mesma maneira, no mesmo sentido, nas mesmas dimensões, e até, se possível, que se conservem algumas margens de lucidez que permitam descortinar, ainda que ténues, algumas luzes ao fundo do túnel para onde fomos todos empurrados.

Felizmente para todos nós que desta insegura nebulosa surge uma voz do campo sindical, a CGTP-IN, a dizer “não vou por aí!”. Mas, ao contrário do poeta, não antecede esta decisão da indecisa constatação (“não sei para onde vou”), antes afirma, com a clareza e a firmeza dos que acreditam no futuro, que há outras saídas, outros caminhos possíveis. Assim as forças políticas os queiram assumir e percorrer.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) chama a atenção para uma incontornável resolução aprovada há poucos dias pelos órgãos dirigentes da central sindical – que exorta os trabalhadores a viverem este tempo como de protesto, e não de medo ou de silêncio –, da qual se destacam aqui dois aspectos centrais, à laia de aperitivo para a indispensável leitura integral que dela devemos fazer.

Antes de tudo, a CGTP baliza o seu posicionamento em três eixos fundamentais, que considera indispensáveis para resolver os graves problemas que enfrentamos:

1. Proceder a um diagnóstico preciso da situação actual, identificando as suas causas e responsáveis;
2. Definir, e assumir para execução, um plano que garanta ao país: (i) crescimento económico com criação de emprego com direitos; (ii) resolução de problemas financeiros imediatos fundamentais, mas não com a Banca a dominar o processo; (iii) salvaguarda das condições sociais e económicas dos trabalhadores e do povo, garantindo uma vida digna;
3. Mobilizar as vontades e as capacidades nacionais através de políticas de rigor e transparência, de participação e negociação séria, que rompam com o conformismo e a submissão às inevitabilidades, que valorizem o trabalho e contribuam para a resolução dos problemas.

Em segundo lugar, reafirmando que o caminho é o da mudança de políticas, a CGTP defende que, “no imediato, há que dar combate determinado ao PEC IV e às políticas de mais sacrifícios que estão a ser desenhadas com a intervenção articulada FMI-EU: riscos de rupturas sociais, de agravamento do desemprego, de enfraquecimento da rede de mínimos sociais (RSI, SSD), de aumento das taxas de juro num país fortemente endividado, de agravamento da legislação laboral, de cortes nos salários, nas prestações e pensões sociais, de privatizações e de aumento dos custos dos transportes. Portugal tem futuro, não se colocando de cócoras perante a UE e o FMI e mobilizando os portugueses. É preciso avançar com propostas de políticas alternativas para o imediato e para o futuro do país e a CGTP-IN dá o seu contributo”.

O resto do documento enuncia um conjunto de medidas que devem ser tomadas no plano político, no imediato e a curto e médio prazos, pelo que se reforça a importância da sua leitura integral.



Abel Macedo
coordenador do SPN

Entretanto, o nosso Sindicato vai eleger os Corpos Gerentes para o próximo triénio uns dias antes das eleições legislativas (26 de Maio). Assim o dita a democracia que rege a nossa vida quotidiana e, de três em três anos, os associados são chamados a pronunciar-se sobre quem entendem que é mais capaz de protagonizar o futuro colectivo do segundo maior sindicato de professores do país.

Partimos para este processo com a tranquilidade de quem sabe que a próxima Direcção do SPN saberá, por um lado, honrar o percurso feito até aqui e o prestígio que soubemos acumular junto dos professores do Norte e, por outro lado, definir caminhos de futuro que sustentem a continuidade de uma intervenção positiva e responsável do sindicato que melhor representa os interesses e os anseios destes professores.

Esperamos que o acto eleitoral de 26 de Maio signifique um voto de confiança no futuro dos professores e educadores e numa Escola Pública de qualidade para todos os que a ela acedam nos tempos mais próximos.



Ana Alvim



Ana Alvim

Fenprof realizou acção de denúncia sobre rede escolar

No dia 24 de Março, e no âmbito de um conjunto de acções de denúncia de alguns dos graves problemas que afectam hoje a Escola Pública, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) realizou uma conferência de imprensa, em frente ao Ministério da Educação, sobre o processo de reordenamento da rede escolar. Processo que tem levado ao encerramento de todas as escolas com menos de 21 alunos – sem ter em conta as diferentes realidades e o impacto do encerramento indiscriminado no acentuar da desertificação do interior do país – e à fusão de escolas/agrupamentos em “unidades orgânicas” de grande dimensão, ignorando as suas especificidades de organizações educativas com história e identidade próprias, com projectos em desenvolvimento e com órgãos de administração e gestão democraticamente eleitos.

A organização desta acção foi assegurada pelo Sindicato dos Professores do Norte (SPN), que elaborou um conjunto de painéis com informação relevante de um estudo que a Fenprof realizou junto dos 84 mega-agrupamentos constituídos em 2010. Para além dos dados quantitativos e qualitativos recolhidos sobre a nova realidade, o SPN considerou ser importante a presença de professores de escolas integradas nestes mega-agrupamentos, que puderam dar aos jornalistas testemunho pessoal das dificuldades acrescidas que quotidianamente sentem no desenvolvimento do seu trabalho [cf. texto de Anabela Simões, pág. 06-08].

Como a Fenprof tem denunciado, este processo de reordenamento da rede (que, significativamente, o Fundo Monetário Internacional começou agora a impor na Grécia), para além do impacto orçamental, tem igualmente fortes consequências na organização e funcionamento das escolas, nas relações que se estabelecem no interior da comunidade educativa, no emprego e nas condições de trabalho dos profissionais, na proximidade e na qualidade das respostas educativas.

Com efeito, os resultados do estudo citado retratam uma realidade caracterizada por dificuldades várias, decorrentes da junção artificial de escolas com histórias e culturas distintas (nalguns casos, fisicamente distantes) e da substituição de uma gestão de proximidade por uma gestão a distância, tendo como consequências a desumanização dos espaços, a impessoalidade das relações, a descoordenação pedagógica, a morosidade dos processos, a sobrecarga de trabalho e o aumento da burocracia, da conflitualidade e do centralismo.

Sabendo-se que, noutros países, a melhoria dos resultados educativos se promove apostando em escolas de pequena e média dimensões, o SPN e a Fenprof deixaram claro que consideram imprescindível uma avaliação rigorosa das “unidades orgânicas” existentes antes de se avançar para a criação de outras de igual (ou ainda maior) dimensão e complexidade. Defenderam, também, a realização de um debate público sobre o sistema educativo que queremos para Portugal, que permita compreender se queremos escolas com projectos e identidades próprias ou “unidades orgânicas” descaracterizadas e pedagogicamente *ingeríveis*.

Num comunicado distribuído à população durante esta iniciativa, a Fenprof reafirma que não há saída da crise que não passe pela Educação, considerando vital que a preocupação em reduzir custos não comprometa de forma decisiva as condições de ensino e aprendizagem na Escola Pública, hipotecando a educação e a qualificação dos portugueses e, dessa forma, o futuro do país.

Manuela Mendonça,
coordenadora do SPN



Mega-agrupamento:



No seguimento da reorganização da rede escolar imposta pelo Ministério da Educação, da qual resultou a criação de mega-agrupamentos, as condições de trabalho agravaram-se brutalmente. No caso concreto onde trabalho, juntaram-se dois agrupamentos verticais a uma EB2,3/Secundária, que passou a ser a sede do agrupamento; a distância entre a EB2,3 onde trabalho e a escola-sede é de 15km, mas entre si, as duas EB2,3 distam cerca de 30km, já para não falar do número e das distâncias das escolas do 1º Ciclo e dos jardins-de-infância.

A primeira consequência deste processo foi, desde logo, a redução do número de profissionais (professores, pessoal administrativo, pessoal auxiliar e psicólogos), embora o número de alunos se mantenha – o que implica um acréscimo de trabalho e a consequente diminuição da qualidade do serviço prestado.

No caso concreto dos psicólogos, passou a existir uma disparidade quanto aos períodos disponíveis entre o seu horário e o dos alunos. Além de que a medida permitiu que psicólogos com mais de 10 anos de serviço não fossem colocados, em detrimento de outros com menos tempo de serviço; pelo que se sentem profundamente lesados e chamam a atenção para a necessidade de serem revistos os critérios de concurso. Com a criação do mega-agrupamento houve uma redução drástica do pessoal administrativo no núcleo onde trabalho, pelo que se teme que haja necessidade de efectuar deslocações para a resolução de actos administrativos, atendendo a que todos os documentos, registos biográficos, processos dos alunos, etc., estão agora na escola-sede.

Houve perda de funcionários, que estão a ser mobilizados para outras escolas e outros ministérios, e dizem que, segundo o rácio, ainda temos oito funcionários a mais! Ao nível da gestão, aumentou a despesa, porque falham os níveis de controlo de que qualquer organização necessita, mas que em mega é muito mais difícil de verificar e controlar.

A nível pedagógico, há, sem dúvida, maior dificuldade na circulação da informação em tempo útil, nomeadamente no que diz respeito a aspectos práticos de implementação das orientações. No que diz respeito aos alunos, notam-se muito mais desresponsabilizados sem a presença permanente da instituição “directão”, empenham-se cada vez menos, o comportamento tem piorado significativamente, e, em geral, é reconhecido que andam mais à deriva e sentem falta de uma referência de autoridade na escola. O número de horas para reuniões aumentou drasticamente, uma vez que estas são autênticos plenários, com muito mais professores, onde é muito mais moroso tomar deliberações, discutir assuntos, tirar conclusões. A isto, é preciso acrescentar o tempo de deslocação dos professores da escola onde leccionam até ao local de realização das reuniões – convém referir que neste mega-agrupamento é necessário fazer entre 15km a 30km (o dobro, para ida e volta), com os custos das deslocações a continuarem inteiramente a cargo dos professores.

Este tempo para reuniões, que não consta do horário dos professores, acaba por consumir as horas do trabalho individual e ainda se trabalha muito para além disso. Convém referir, também, que, com excepção das reuniões de departamento e de grupo, feitas em sistema de rotatividade, praticamente todas as outras são realizadas na escola-sede, muitas vezes por questões logísticas.

Outro grave problema é a hora a que se iniciam: o facto de se tratar de escolas em que as aulas terminam a horas diferentes, acrescido do tempo necessário para a deslocação, obriga a que comecem, no mínimo, uma hora depois, pelo que a maioria termina muito tarde, o que no final de um dia de trabalho, com as pessoas já exaustas e preocupadas com a família – sim, que os professores também têm família! É um processo exaustivo, desgastante, burocrático, moroso, dispendioso e incompatível com o acto de ser professor.

mega-constrangimentos + dificuldades

A avaliação, que desde o início se revelou um processo desadequado, burocrático e excessivo, torna-se agora uma autêntica aberração. Professores-relatores de uma das escolas do mega avaliam professores de outra escola, desconhecendo quase por completo o trabalho que o avaliado desenvolve, ou seja, o seu empenho, o relacionamento com os alunos e encarregados de educação, a sua disponibilidade face ao seu envolvimento em actividades, etc.

Isto, agravado pelas distâncias que os relatores têm de percorrer para observar as aulas – há casos em que têm de percorrer cerca de 60km de uma escola para a outra (ida e volta), o que, acrescidos os 90 minutos de aula e de algum diálogo inicial e final com o avaliado, implica, no mínimo, 3 horas por cada aula observada, ficando o trabalho com os alunos completamente comprometido. Isto, sem falar da pré-reunião para observação do plano de aula e da pós-reunião para proceder à auto e heteroavaliação, não esquecendo que esta situação ocorre duas vezes para cada professor.

Há ainda relatores com vários professores para avaliar. Por isso, quantas aulas irão estes relatores deixar de dar aos seus alunos para poderem avaliar outros professores, já que nem todos vão conseguir fazer permutas? Acontece no meu agrupamento, porque há bastantes professores contratados e os professores do quadro, na sua maioria, pertencem a escalões pouco avançados na carreira, pelo que há grupos em que não foi possível colocar mais do que um relator, havendo, inclusive, um grupo em que o relator pertence ao 3º escalão, por não haver ninguém em escalão superior.

Lembro, ainda, que alguns relatores exercem a função em tempo extraordinário, o que vai sobrecarregar ainda mais os seus horários, já de si muito sobrecarregados, para não falar da situação dos coordenadores de departamento que também vão



ser relatores – no meu departamento existem oito relatores; se todos decidissem pedir aulas observadas, teria de ser eu a fazê-lo. Como, quando, em que tempo?

Sou, em primeiro lugar, professora de quatro turmas; tenho uma hora de Apoio ao Estudo, na qual recebo todos os alunos que queiram tirar dúvidas; disponho de cinco horas na BE/CRE, onde desempenho funções de classificadora e catalogadora, entre outras; sou coordenadora do Departamento de Línguas, composto por oito grupos disciplinares; por inerência, sou membro do Conselho Pedagógico; faço parte da CCAD e estou a colaborar na elaboração de alguns documentos internos do mega-agrupamento...

Tudo isto, acrescido, desde logo, pelas dificuldades de comunicação causadas pela distância entre escolas: os professores não se encontram e torna-se muito mais difícil agendar reuniões a contento de todos, por variadíssimas razões: há professores com horário nocturno, outros estão em formação e com formações muito diferentes e variadas.

Na qualidade de coordenadora de departamento, não posso deixar de referir que aquilo que outrora fazia num simples intervalo, na sala de professores, leva-me agora horas, dias e, às vezes, fins-de-semana. É necessário enviar e receber e-mails, marcar datas, desmarcar e voltar a marcar, fazer telefonemas e, quantas vezes, passar fins-de-semana a fazer acertos por e-mail ou por via telefónica, a expensas próprias, sendo que, por vezes, ainda tenho de prestar esclarecimentos individuais para aqueles que não puderam estar presentes e necessitam de estar informados.

Posto tudo isto, a avaliação num mega-agrupamento é injusta e dispendiosa; não é exequível nem funcional, na medida em que canaliza muito do tempo necessário à preparação de aulas para reuniões infundáveis, cujo proveito é por demais duvidoso, levantando problemas de agendamento e concretização de trabalhos.

Apesar de todos estes constrangimentos, os professores têm-se desdobrado para conseguir cumprir com as suas funções, embora os mais velhos na carreira estejam um pouco desesperados, com tantas exigências que até receiam pela sua saúde mental. Não posso deixar de referir a boa vontade e disponibilidade da Direcção, que tudo tem feito para dar força e incentivo. Mas não consegue resolver os problemas causados por uma organização que não aproveita a ninguém e que é apenas uma forma de poupança a qualquer preço.

Como se deduz do que aqui relato, a partir do momento em que a DREN “deu à luz” este mega-agrupamento, os agentes educativos ficaram na escuridão: se saímos à luz do dia de uma escola, entramos à luz do candeeiro na outra, para só regressarmos ao lar à luz do luar.

Ora, tal como não se começa uma casa pelo telhado, também este projecto não tem pernas para andar. Não se pode acreditar num projecto que foi implementado sem ter em conta a realidade das escolas agrupadas.

Anabela Simões

Agrupamento de Escolas de Celorico de Basto



Todos à rua no 1º de Maio!

Este é um 1º de Maio igual aos outros, mas muito mais importante do que qualquer deles. Desde logo, por ser o próximo; mas, também, por ter lugar num tempo muito complexo e difícil, em que já são anunciadas e dadas como inevitáveis medidas violentíssimas, tais como novos roubos nos salários e pensões, um plano “ambicioso” de privatizações, despedimentos na Administração Pública, aumento de impostos e de taxas para utilização de serviços e transportes públicos, reduções em prestações e comparticipações sociais, entre outras. Medidas que acrescem a mais algumas que, entretanto, foram aparentemente adiadas por razões eleitoralistas, tais como a criação de mega-agrupamentos de escolas ou de unidades de saúde, aumento de preços de juros bancários, novas portagens...

Para que tudo isto seja imposto sem a contestação e a luta que merece, tem sido desencadeada uma tremenda campanha de propaganda que intoxica e manipula, sendo abafadas vozes incómodas, porque diferentes, que apresentam alternativas que não sacrificam quem trabalha e implicam quem, nesta situação crítica, tem sido poupado – os grandes interesses económicos e financeiros.

Questões específicas dos professores – avaliação, horários de trabalho, precariedade, não realização de concursos, entre outras – continuam também sem solução, arrastam-se e constituem factores de acrescida perturbação das escolas, cujas dificuldades orçamentais, organizacionais e de funcionamento se agravam.

Nem sempre foi absolutamente compreendido, mas hoje ninguém duvida que o tremendo ataque desferido contra os educadores/professores e a Escola Pública, as condições de trabalho ou os apoios sociais aos alunos e às famílias não foram ataques particulares, antes faziam parte de uma estratégia global que, PEC após PEC, Orçamento de Estado após Orçamento de Estado, foram tornando cada vez mais grave a crise económica e social do país. As políticas prosseguidas e as medidas com que os governos as têm concretizado foram no sentido de entregar o país à UE/FMI, que agora pretende elaborar o programa do Governo que sairá das eleições de 5 de Junho, querendo retirar conteúdo ao acto eleitoral.

Os educadores e professores, compreendendo, como nunca, que esta estratégia é global e que só em conjunto pode ser contrariada, facilmente concluem que resistir passa por unir, construir passa por lutar. O tempo não pode ser de medo, angústia e silêncio, mas de denúncia e protesto. Bem gostariam de nos calar, mas, se embarcássemos nisso, estaríamos, por inacção, a agir contra nós mesmos.

O tempo é de acção e, talvez como nunca, é de luta; o tempo é de Abril e, talvez como nunca, é de Maio. Um Maio que será de encontro, de convergência, de luta e de construção. Entre nós e com outros. Todos pelo futuro!

Secretariado Nacional da Fenprof

O tempo é de acção e, talvez como nunca, de luta. O tempo é de Abril e, talvez como nunca, de Maio. Um Maio que seja de encontro, de convergência, de luta e de construção. Entre nós e com outros. Todos pelo futuro!

Adriano Rangel

Avaliação vazia de efeitos positivos

O processo de avaliação do desempenho dos docentes do Ensino Superior encontra-se em estágios muito diferenciados de aplicação nas várias instituições. Há uma onde já se concretizaram subidas de escalão, com efeitos a 01/01/2008, mas noutras ainda nem sequer se conhece um projecto de regulamento. No contexto actual, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) não pode deixar de se pronunciar quanto ao processo em curso, aos modelos que têm vindo a ser implementados e aos efeitos desta avaliação.

Entendemos que, na generalidade, os regulamentos aprovados não cumprem o seu objectivo teórico, estão a contribuir para a criação de um mau ambiente nas instituições e não vão promover a melhoria da qualidade do Ensino Superior público – aliás, o SPN tem vindo a constatar

desconforto até junto de docentes dos órgãos de gestão com que se tem reunido para discutir os regulamentos das unidades orgânicas...

O SPN não contesta a necessidade de avaliar o desempenho dos docentes, mas salienta que importa ter presente que os docentes do Ensino Superior são avaliados globalmente ao longo da sua carreira, designadamente para a contratação por tempo indeterminado, nas provas de agregação e nos concursos a que têm de se sujeitar sempre que pretendam mudar de categoria.

Em termos práticos, a avaliação do desempenho docente aqui em causa não se destina a determinar a promoção em termos de categoria (que só acontece por concurso), mas a progressão em termos de escalões remuneratórios, que anteriormente era automática (a cada 3 anos).

Assim, esta avaliação devia ter como princípio verificar se os docentes cumprem as suas funções e, assim, determinar a sua progressão ao escalão seguinte e/ou a sua permanência no contrato por tempo indeterminado, findo o período experimental. Mas o actual processo de avaliação restringe gravemente à maior parte dos docentes o acesso à progressão a que tinham direito. Mesmo os docentes que obtenham menções máximas podem ser obrigados a um compasso de espera de pelo menos 6 anos.

MCTES sacode água do capote

Já em 2005 as progressões tinham sido congeladas com o objectivo de reduzir gastos salariais resultantes das subidas de escalão. Em 2008, o Governo descongelou as progressões, mas condicionou-as, introduzindo uma avaliação (SIADAP), apesar de prever a sua adaptação às carreiras especiais, como são as dos docentes do Ensino Superior. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), em vez de regulamentar e agilizar o processo, remeteu para as instituições a elaboração dos regulamentos de avaliação e a sua realização, desresponsabilizando-se da condução do processo. E nem constatando o enorme atraso que se verifica na generalidade das instituições – apenas uma em todo o país já concluiu o processo e concretizou as progressões dele decorrentes – procurou intervir. Assim, a generalidade dos docentes do Ensino Superior não progride nos escalões das suas categorias desde 2005, ao contrário dos demais funcionários públicos.

Importa ainda lembrar que “o montante máximo dos encargos financeiros que em cada ano pode ser afectado à alteração do posicionamento remuneratório é fixado, anualmente, por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, da Administração Pública e do Ensino Superior”, não se prevendo que, nos próximos anos, haja disponibilidade financeira para este efeito e mesmo as subidas obrigatórias dos períodos posteriores a 2010 apenas se farão se, e quando, as progressões forem descongeladas.

Ponderar a exigência de suspensão

O sistema de avaliação instituído está, assim, contaminado pelo imperativo de limitar as progressões, que por isso passaram a estar forte e arbitrariamente condicionadas pela (in)disponibilidade orçamental. Desta forma, o Governo e o MCTES conseguiram reduzir ainda mais os encargos financeiros com o Ensino Superior, promovendo uma avaliação que, pela forma como está a ser implementada, está já a corroer o ambiente entre colegas, a promover o desânimo e, por fim, a piorar o sistema que objectivamente não melhorou.

À beira de novas “medidas de austeridade”, o SPN exige do MCTES e do Governo que reafirmem a obrigatoriedade da progressão decorrente da avaliação do período de 2004-2007 e que clarifiquem quais os efeitos salariais das avaliações relativas aos anos de 2008 e 2009. São muitas as instituições onde foram produzidos regulamentos injustos, burocráticos, pouco transparentes, com baixa participação dos docentes e que assumem que a qualidade do trabalho de um docente pode ser apreendida numa listagem quantitativa de actividades. Acresce que, não se garantindo as subidas de escalão, esta avaliação fica vazia de efeitos positivos. Por estas razões, o SPN ponderará exigir a sua suspensão.

SPN/Departamento de Ensino Superior



Adriano Rangel

A maioria dos regulamentos conhecidos são...

INJUSTOS

Utilizam os mesmos instrumentos e fixam as mesmas metas e critérios para avaliar todos os docentes, sem fazer distinção de categoria ou área de investigação.

Em vários casos, atribuem automaticamente menções elevadas aos detentores de cargos de gestão, que assim escapam à avaliação e garantem para si as eventuais progressões.

Há escolas que se preparam para utilizar estas metas (ou o mesmo sistema) aquando da avaliação dos docentes no final do período experimental, colocando muitos docentes no precipício do despedimento.

POUCO DEMOCRÁTICOS

Têm sido elaborados sem discussão prévia e participada com todos os docentes.

Não prevêem a eleição de docentes para as comissões coordenadoras de avaliação das unidades orgânicas.

Nem sempre prevêem mecanismos de recusa dos avaliadores.

POUCO TRANSPARENTES

As classificações finais são calculadas tendo como base fórmulas matemáticas de difícil compreensão para quem não for especialista.

A harmonização das classificações não é clarificada em nenhum dos regulamentos, o que traz mais obscuridade ao processo.

Na maioria dos regulamentos, não está prevista a divulgação interna, pelos meios considerados mais adequados pela instituição, das duas menções qualitativas superiores, bem como dos fundamentos que as sustentam.

BUROCRÁTICOS, TECNOCRÁTICOS E MUITO DISCUTÍVEIS

Além do processo que se advinha longo, será consumidor de tempo e de recursos e gerador de conflitos.

Grande parte das instituições não está, sequer, a promover a realização de simulações da aplicação destes modelos, de forma a testar a sua validade.

Passagem das universidades a fundações suscita inúmeras questões de direito privado

O Sindicato dos Professores do Norte entende que o Ensino Superior público, como a própria designação indica, deve ser um bem público. A passagem ao regime fundacional por parte de algumas universidades abre a porta a uma gestão de cariz privado, cujo desenvolvimento pode, no futuro, por constrangimentos políticos ou mercantis, pôr em causa o serviço público e a liberdade académica.

Esta transformação materializa-se na constituição de um Conselho de Curadores, formado por personalidades externas à Universidade e ao Estado, perante o qual o reitor passa a responder. No actual quadro, o Conselho Geral é já o único órgão de governação democraticamente eleito pela Academia. As decisões deste órgão, com a transformação em fundação, passam a carecer de aprovação por parte do Conselho de Curadores, que não é eleito pela Academia. De facto, o Conselho de Curadores terá competência para homologar muitas das mais relevantes deliberações do Conselho Geral, nomeadamente a designação e destituição do reitor, a aprovação dos planos estratégicos, das linhas gerais de orientação nos planos científico e pedagógico, do plano de actividades, da proposta de orçamento e contas, de operações de crédito e até da alienação de património.

Garante a constituição do Conselho de Curadores, com todos estes poderes políticos e administrativos, a prossecução do serviço público da Universidade? Por que razão se acredita que um Conselho de Curadores externos pode definir melhor que os seus próprios membros a vida interna da Universidade e a sua missão?

Acresce que, “no âmbito da gestão dos seus recursos humanos, a instituição pode criar carreiras próprias para o seu pessoal docente, investigador e outro”. Ou seja, a Universidade poderá ter docentes a exercer as mesmas funções, mas com contratos diversos: de trabalhador em funções públicas ou em contrato individual de trabalho em regime privado.

Que implicação acarreta a possibilidade de a Universidade poder contratar docentes à luz do Código de Trabalho em regime privado? Em primeiro lugar, por que razão o faria? Por serem mais baratos? Que carreira, que direitos, terão estes docentes sem um estatuto, quando o RJIES afirma que estas carreiras apenas devem respeitar “genericamente, quando apropriado, o paralelismo no elenco de categorias e habilitações académicas”? Qual o limite? Poderá, no futuro, uma universidade pública ter apenas docentes em regime de Direito privado nos seus quadros? E não será isto uma contradição de fundo?

O financiamento do Estado às instituições fundacionais é definido por meio de contratos plurianuais, mas, até agora, não são do domínio público os contratos assinados com as três fundações entretanto criadas, contrariando o tão apregoado princípio da transparência. O que há nestes contratos que não se possa conhecer?



Ana Alvim

Quanto da Universidade pública vai ser privado?

A passagem da Universidade a fundação requer que a instituição tenha 50% de receitas próprias, o que implica que o financiamento deverá decorrer das propinas, prestação de serviços e filantropia. Uma universidade mais independente do financiamento do Estado, supostamente mais autónoma, ficará mais dependente do mercado e do que este valoriza. Ora, tal poderá ter implicações muito graves sobre o que a Universidade ensina e investiga e sobre a autonomia, a liberdade académica e a carreira dos docentes. Nesta situação, quem vela pelo interesse público?

Ao delegar em membros externos, no Conselho de Curadores, a administração da Universidade, o Estado, desresponsabiliza-se e demite-se da sua função constitucional de garantir à nação um Ensino Superior público.

Se o Estado garantisse às instituições as verbas necessárias ao prosseguimento da sua missão, esta questão fundacional não se colocaria. Assim, são obrigadas a procurar outras fontes de financiamento, não público, tornando-as dependentes do mercado. Adicionalmente, o Estado confia a supervisão deste processo a um conjunto de personalidades externas as quais, se olharmos para os casos conhecidos, estão maioritariamente ligadas ao mundo da finança e das empresas privadas, que deverão interpretar o que é a missão pública da Universidade.

Assim, os defensores da proposta de passagem a fundação pública de direito privado assumem que a Universidade, a fim de prosseguir a sua missão pública, tem de ser gerida como uma instituição privada, com um conselho que lhe é exterior, e com poderes que vão muito além da mera administração, podendo facilmente interferir na organização do dia-a-dia das instituições, afectando, nomeadamente, a carreira e a autonomia dos docentes e, daí, da própria Universidade. Ou seja, quanto da Universidade pública vai ser privado?

O SPN vê com preocupação o que a passagem a fundação pode representar no futuro próximo para a missão pública da Universidade. Num contexto onde é cada vez maior o desinvestimento do ministério e do Governo no Ensino Superior, o sindicato não pode deixar de alertar a comunidade académica para a perversidade e os perigos que o sistema fundacional escondem por trás da promessa de alguns facilitismos gestionários a curto prazo. Assim, o SPN apela a que todos os colegas intervenham nos processos de discussão nas respectivas instituições, e exijam ser parte activa na tomada de decisão. Como sempre, o SPN estará disponível para apoiar, ajudar a esclarecer e defender os docentes e investigadores, na promoção do Ensino Superior público.

SPN/Departamento do Ensino Superior

Delegação do SPN deslocou-se a Angola

Uma delegação do SPN esteve recentemente em Angola, a convite do Sindicato Provincial dos Trabalhadores da Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Comunicação Social (Benguela), para participar na comemoração do 32º aniversário daquela organização e partilhar experiências relacionadas com a Educação e a actividade sindical.

Num contexto, particularmente complexo para nós, com as políticas impostas (supostamente para responderem à crise económica e financeira que atravessa o nosso país) a atacarem sistematicamente os trabalhadores em geral, e os funcionários públicos em particular, com alterações notórias na desqualificação e funcionarização da profissão docente, com introdução de lógicas *gerencialistas* na gestão das escolas e universidades, foi positiva a deslocação a um país em desenvolvimento, onde a esperança é uma constante e a busca de caminhos que concretizem as mudanças é permanente, constituindo, para nós, uma importante oportunidade de inspiração e alento.

O momento alto das comemorações foi o dia 18 de Março, com uma deslocação ao cemitério local, para homenagear os sócios falecidos, e uma cerimónia onde os convidados – como as representantes do SPN, Jeannette Ferreira e eu própria – saudaram o sindicato provincial. O restante programa foi preenchido com visitas a escolas de diversos níveis e sedes do sindicato e encontros com administradores municipais e com o Director Provincial da Educação.

Foram estabelecidos diálogos muito profícuos com os órgãos de administração local, permitindo-nos uma visão aproximada de como o país recupera de uma longa guerra; um país onde predomina o verde, mesclado com os tons da terra, das palmeiras, dos cactos, dos mamoeiros, das bananeiras, dos embondeiros, e onde permanecem cheiros e sabores que jamais se esquecem...

Ao nível da Educação, ficámos a saber que há um forte investimento, quer no que concerne a edifícios escolares e aos professores, quer em propaganda feita na Comunicação Social, valorizando a Escola e a Educação, entendidas como forma de promoção social.

Apesar de as infra-estruturas serem ainda deficitárias (equipamento, número de salas e de professores), há uma preocupação evidente em construir escolas (pelo menos do ensino primário) em todas as províncias que visitámos: Luanda, Benguela, Huambo, Bié. Por vezes, viam-se pelas ruas crianças e jovens de bata branca, a caminho da escola, com um banquinho de plástico na mão, para assistirem às aulas, dada a importância que atribuem à escola.



Promoção das mulheres

O Governo angolano aposta forte na promoção social e profissional da Mulher – 40% dos cargos de direcção e chefia são para mulheres! Esta preocupação tornou-se evidente nas visitas que fizemos às escolas e governos provinciais, onde os cargos de direcção e chefia estavam, na generalidade, entregues a mulheres. Quanto ao SPTECJDCS, para além da actividade sindical, desenvolve uma acção social paralela, para a qual os associados também contribuem com uma quota, beneficiando de apoios para a saúde e para o próprio funeral – especificidades de uma cultura... Todas as sedes possuem uma secção responsável pela sindicalização e apoio às mulheres trabalhadoras sindicalizadas, tendo com objectivo incentivar as mulheres a sindicalizarem-se, de modo a verem defendidos os seus direitos, e a autonomizarem-se e ocuparem cargos de chefia e direcção. Para nós, duas mulheres nascidas em Angola, foram dias inesquecíveis, ricos em experiências, aprendizagens e emoções: o dia de aniversário foi particularmente vivido – vestimo-nos com trajes típicos, assim homenageando as nossas origens e todos os presentes – e muito gratificante a constatação do esforço em prol da Educação e da valorização da Mulher. Com muito ainda por fazer, mas também com muito já feito, em apenas nove anos de paz, Angola e o seu povo estão de parabéns. A delegação do SPN agradece a todos, e em especial ao presidente do sindicato angolano, José Laurindo, a oportunidade proporcionada, fazendo votos para que os laços de solidariedade, cooperação e amizade se fortaleçam e que tempos de partilha como estes possam ocorrer sempre!

Maria José Silva,
Direcção do SPN

O sistema educativo angolano divide-se em Ensino Primário (da iniciação à 6ª classe), 1º Ciclo do Ensino Secundário (da 7ª à 9ª classe), 2º Ciclo do Ensino Secundário (da 10ª à 11ª/12ª classe), Ensino Médio e Ensino Superior (orientados para a formação em diversas áreas). A escolaridade obrigatória prolonga-se até à 9ª classe. As turmas têm, por sala/professor, entre 35/40 alunos no Primário e 45/50 no Secundário – a política escolar ser preferível ter mais um aluno na sala do que deixá-lo na rua. Não há escola a tempo inteiro; a primária funciona por turnos (manhã ou tarde).

Há poucos professores profissionalizados, mas a profissão é muito valorizada e bem paga, tanto mais quanto maior for a formação dos docentes. A selecção para ingresso na carreira é feita através de prova escrita, e a generalidade dos professores sindicalizam-se mal começam a trabalhar. O modelo de gestão escolar é unipessoal, existindo um director por escola, coadjuvado por um ou mais coordenadores pedagógicos (consoante a diversidade de turnos) e um coordenador dos serviços administrativos – todos professores e nomeados pelo governo, não têm qualquer formação especializada, apenas lhes sendo proporcionada alguma formação específica para o exercício dos respectivos cargos.



ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES DO SPN

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte e com o Regulamento de Funcionamento da Assembleia-Geral, foram convocadas as eleições dos Corpos Gerentes do SPN (triénio 2011-2014) para o dia 26 de Maio de 2011. Serão eleitos a Direcção, as Direcções Distritais, a Mesa da Assembleia-Geral e o Conselho Fiscal e de Jurisdição. O prazo para apresentação de listas decorre até 6 de Maio. Têm direito de voto os sócios no pleno gozo dos seus direitos sindicais. Qualquer sócio com direito de voto é igualmente elegível para qualquer órgão, sendo que os candidatos a uma Direcção Distrital deverão constar nos cadernos eleitorais do respectivo distrito.

As listas de candidatura aos membros da Direcção previstos na alínea a), do número 2, do artigo 41º dos Estatutos, à Mesa da Assembleia-Geral e ao Conselho Fiscal e de Jurisdição têm que ser subscritas por, pelo menos, 200 associados; as candidaturas às Direcções Distritais têm que ser subscritas por, pelo menos, 75 associados do respectivo distrito – em ambos os casos, os subscritores devem estar no pleno gozo dos seus direitos sindicais e ser identificados com nome completo legível, número de sócio, local de trabalho e assinatura conforme o bilhete de identidade.

As listas de candidatura aos membros da Direcção previstos na alínea a), do número 2, do artigo 41º dos Estatutos só são consideradas desde que apresentem igualmente candidatura à Mesa da Assembleia-Geral, ao Conselho Fiscal e de Jurisdição e a todas as Direcções Distritais – podem, contudo, ser apresentadas candidaturas exclusivamente ao Conselho Fiscal e de Jurisdição e/ou a uma ou várias Direcções Distritais.



Henrique Borges

professores aposentados

Rumo ao Báltico

Com partida a 11 de Junho e regresso a 21, o próximo roteiro turístico dos educadores/professores aposentados do SPN tem como centro o Mar Báltico, nomeadamente as capitais das designadas repúblicas bálticas (Lituânia, Letónia, Estónia) e da Finlândia e São Petersburgo.

Começando por Vilnius (cujo centro histórico é Património da Humanidade), os viajantes prosseguirão para Riga (onde se concentra a maior colecção europeia de edifícios Arte Nova) e Tallinn (cidade medieval, que este ano é Capital Europeia da Cultura). Depois, Helsínquia, onde a configuração subterrânea faz da igreja Temppeliaukio Kirkko uma das principais atracções turísticas. E, por fim, São Petersburgo, com as suas “perspectivas” – amplas avenidas por onde se espraia a opulência arquitectónica da corte czarista – e o inevitável Museu Hermitage.

Nada mau para entrar no Verão...



Aposentações

As aposentações estão a ser despachadas com cerca de 10 meses de atraso, fruto da não substituição dos funcionários da Caixa Geral de Aposentações que se aposentam... É o engrossar de uma bola de neve que vai criando mais problemas a crescer aos já existentes. Com o modo como foi aplicado o corte nos funcionários no activo continuando os descontos a ser feitos sobre a base existente em Dezembro de 2010, parece não ser necessário bloquear a pensão de aposentação nessa data, sendo preferível aproveitar todo o tempo de serviço e a idade adquirida até à data do despacho.

No 7º Congresso dos Professores do Norte foi aprovada a luta “pela aprovação de um regime de aposentação que tenha em conta o acentuado desgaste, quer físico, quer psicológico, provocado pelo exercício continuado da profissão”. Contamos com todos nesta luta!

GESTÃO DAS ESCOLAS E MEGA-AGRUPAMENTOS

No final do primeiro período, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) realizou diversas reuniões com directores, subdirectores e adjuntos de direcção com o objectivo de discutir o projecto de portaria relativo à avaliação do desempenho destes docentes. Nessas reuniões, que tiveram lugar em Vila Real, Porto e Braga, foram ainda abordadas questões relativas ao processo de avaliação do desempenho do pessoal docente e o impacto, na vida das escolas, das medidas de restrição orçamental, quer as já implementadas, quer as anunciadas para o próximo ano lectivo.

A Direcção do SPN considera que foi importante a realização destas reuniões, não só pelos contributos recolhidos para a elaboração do parecer da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) sobre o projecto de portaria, mas também pela partilha de preocupações relativas ao funcionamento das escolas. No final ficou a perspectiva de virem a realizar-se outros encontros para analisar desenvolvimentos futuros, nomeadamente no que respeita à criação de mais mega-agrupamentos – caminho que o Governo pretende aprofundar e que também está a ser desenvolvido na Grécia, por imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, a Direcção do SPN decidiu promover um colóquio na área da Administração Escolar, com a participação do Professor Licínio Lima (Universidade do Minho). Pretende-se fazer o ponto da situação relativamente aos vários problemas que afectam a vida das escolas e debater as conclusões do estudo realizado pela Fenprof sobre o processo de constituição e o funcionamento dos 84 mega-agrupamentos criados em 2010. O colóquio terá lugar no dia 3 de Maio (15h), na Fundação Engº António de Almeida – Rua Tenente Valadim, no Porto. Dada a relevância do que está em discussão, o SPN apela à participação dos professores do Norte.



Melhorar a organização para reforçar a intervenção do SPN

A dimensão do Sindicato dos Professores do Norte, as exigências crescentes à sua actividade e as respostas que é chamado a dar aos diferentes níveis, num contexto de sucessivos ataques aos direitos sindicais, obrigam a uma reflexão permanente sobre o seu trabalho e a sua estrutura de funcionamento. Esta reflexão tem conduzido à introdução de mudanças ao nível da organização, umas pontuais, outras profundas, de forma a responder aos desafios de cada momento.

Em Setembro de 2007, o SPN realizou uma Conferência de Organização. Essa conferência foi importante para a análise e discussão do modelo de funcionamento, na procura das melhores soluções organizativas para a concretização dos objectivos que o sindicato se propõe atingir, num contexto de restrição progressiva dos direitos sindicais, nomeadamente ao nível da participação dos professores em reuniões fora da escola e do número de dirigentes com crédito de horas para o exercício da actividade sindical.

Três anos volvidos, o 7º Congresso dos Professores do Norte constitui uma nova oportunidade para fazer o balanço do que tivemos que mudar ao nível da organização interna para fazer face aos constrangimentos que nos foram impostos, assim como para reflectir sobre as possíveis implicações que o agravamento da crise económica terá no movimento sindical.

Analizando e avaliando a estrutura e o modo de funcionamento, a conferência alertava, na altura, para a provável necessidade de reequacionar – caso se viessem a confirmar as piores expectativas no ataque à Lei Sindical – algumas soluções organizativas, nomeadamente a existência de direcções de Área Sindical e o atendimento a sócios e não sócios. Exactamente um ano depois, foi publicada a Lei nº 59/2008, que aprovou o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas e alterou a Lei Sindical, confirmando-se o pior dos cenários. A nova legislação veio criar enormes dificuldades ao desenvolvimento do trabalho sindical, sobretudo aos sindicatos de maior dimensão.

Como forma de atenuar o impacto negativo da Lei, a Direcção do SPN viu-se obrigada a propor aos sócios uma alteração estatutária, substituindo as 15 direcções de Área Sindical por seis direcções distritais, ficando, ainda assim, com um número de dirigentes com redução inferior a metade do de anos anteriores, número manifestamente insuficiente e limitador do trabalho que vinha sendo desenvolvido a vários níveis.

Para além desta reconfiguração organizacional, o SPN teve que reequacionar as condições de atendimento a sócios e não sócios. Sendo uma questão recorrentemente discutida, ganhou outra acuidade num contexto em que as delegações deixaram de ter dirigentes a poder prestar apoio permanente, pelo que se concluiu ser insustentável a prática que o sindicato mantinha desde a sua fundação – o atendimento a não sócios só poderia ser mantido com prejuízo do atendimento a sócios, situação de todo inaceitável, já que são as quotizações destes que permitem o funcionamento da estrutura.

Ainda no âmbito do apoio aos sócios, outra discussão tem vindo a ganhar uma particular premência – os serviços de pré-contencioso e contencioso. Esta vertente do apoio jurídico, quer à Direcção do sindicato, quer aos sócios individualmente considerados, é fundamental num contexto em que se torna necessário desenvolver um grande número de processos jurídicos contra decisões do Governo – veja-se o recente exemplo dos cortes salariais – e em que se assiste à degradação do clima de trabalho nas escolas, fruto da aplicação de normativos potenciadores de maior conflitualidade, como a avaliação do desempenho. Cientes de que o melhor modelo organizativo é aquele que, em cada momento, e num determinado contexto, possibilita a consecução dos objectivos definidos, só uma postura de constante avaliação das soluções adoptadas nos permitirá ajustar a estrutura e os modos de funcionamento às necessidades de trabalho sindical.

Ora, se o contexto que temos é tão diferente do que tínhamos, então dificilmente poderemos responder com as mesmas soluções. Do balanço que é possível fazer das medidas tomadas e do que se perspectiva para o futuro, ressaltam as preocupações que adiante se apresentam.

Reforçar a presença junto dos educadores/professores e nas escolas

A realização regular de reuniões nas escolas – prática distintiva do SPN – ficou prejudicada pela impossibilidade de os poucos dirigentes com redução assegurarem este trabalho. Por outro lado, os dirigentes que estão a tempo inteiro na escola têm hoje, como todos os outros docentes, horários tão sobrecarregados que acabam por não conseguir manter um nível de participação tão elevado como gostariam e como a situação exigia, já que com menos dirigentes com crédito de horas se tornava necessário envolver mais intensamente nesse trabalho os dirigentes sem qualquer redução. Apesar das dificuldades, as direcções distritais têm-se organizado para responder a todas as solicitações das escolas, disponibilizando-se para promover reuniões em horários ajustados à disponibilidade dos professores que nelas querem participar. Para além disso, procurando compensar o carácter menos sistemático das reuniões de escola, os dirigentes procuram, sempre que possível, passar pelas escolas, distribuindo materiais e contactando os delegados sindicais, activistas e professores.

Pese embora todo este esforço, torna-se necessário aprofundar a discussão sobre esta vertente do trabalho sindical. Uma discussão que tenha em conta os problemas que decorrem quer das maiores dificuldades em dinamizar reuniões, quer de constrangimentos legislativos que levam muitos professores a manifestar menor disponibilidade para participar em reuniões, principalmente quando estas são feitas com prejuízo da componente lectiva.

Reforçar a rede e o papel dos delegados sindicais

Sendo os primeiros dirigentes dos professores, o papel dos delegados sindicais assume, no actual contexto, uma importância acrescida. Ao contrário do que aconteceu com os créditos dos dirigentes, os delegados sindicais continuam a dispor de um crédito mensal de 12 horas para o exercício da sua actividade sindical. É certo que nem sempre é fácil para os delegados usufruir deste crédito, faltando às aulas, pelo que urge aprofundar o debate sobre as formas de reforçar a ligação dos delegados à estrutura sindical.

A participação dos delegados sindicais é outra marca distintiva da acção do SPN ao longo deste percurso de 28 anos. No entanto, uma rápida consulta a um dos quadros em anexo (referente aos delegados sindicais) permite-nos verificar que o sindicato já dispôs de uma rede de delegados muito maior do que aquela de que dispõe actualmente. É absolutamente necessário trabalhar para o reforço do número de escolas que têm delegados sindicais eleitos, regularizar a realização de Assembleias de Delegados e criar condições para uma melhor participação e intervenção deles na vida do sindicato. Neste âmbito, surge com particular relevância a formação de quadros. Sendo a formação sindical, nomeadamente de novos dirigentes e delegados sindicais, uma preocupação de sempre, temos que assumir que a sua tradução em realizações concretas tem-se revestido de um carácter esporádico, longe da resposta sustentada e sistemática que é necessária à renovação de quadros sindicais. É com esta consciência, mas também com a noção de que uma matéria destas ganha em ser pensada no plano nacional, que o SPN irá propor à Federação Nacional de Professores (Fenprof) que, ainda este ano, se avance com a elaboração de um projecto sólido de formação que possa vir a preencher com êxito esta lacuna e no qual nos envolveremos de forma empenhada.

Estamos convictos que esta estratégia é fundamental para a necessária renovação e para uma efectiva participação, consistente e qualificada, dos dirigentes, delegados e associados, envolvendo-os na reflexão, discussão e tomada de decisões; enfim, na construção de um sindicato de que se sintam parte.



Arquivo SPN

Reforçar a informação

Os constrangimentos impostos à actividade sindical exigem uma utilização plena dos meios tecnológicos existentes, num esforço para manter informados todos os sócios, e particularmente os dirigentes sem redução e os delegados sindicais.

Neste sentido, uma das tarefas prioritárias que procurámos levar a cabo foi a actualização dos dados constantes no ficheiro de sócios. Este é um processo já iniciado e que urge completar, uma vez que a construção de uma base de dados com endereços de correio electrónico dos associados é uma das formas mais eficazes de fazer circular informação relevante. Nos últimos meses, a informação disponibilizada por esta via possibilitou a um número bastante elevado de sócios um conhecimento quase imediato, quer de legislação, quer das posições e acções do SPN e da Fenprof, e, também, do que mais relevante foi veiculado pela comunicação social.

Ainda nesta área, adquire particular importância o site do SPN, espaço privilegiado de difusão de informação a sócios e não sócios. Apesar de as alterações introduzidas nos últimos tempos terem tornado mais fácil a procura de informação e dado maior visibilidade à actividade do SPN, esta é uma área que temos de melhorar, de forma a tornar o site mais atractivo, mais actual, mais dinâmico e mais eficaz do ponto de vista da comunicação. Por outro lado, há que equacionar a utilização das redes sociais para divulgação da nossa informação. O Departamento de Informação conta, ainda, com as revistas «SPN-Informação» e «A Página da Educação». Nos últimos anos, ambas as publicações foram objecto de intervenções gráficas que lhes conferiram uma maior dignidade e que, a par do rigor e da qualidade informativa (quer pelos conteúdos, quer pela actualidade das temáticas apresentadas), têm ocupado, estamos certos, um importante papel na área da formação pessoal e profissional dos nossos associados.

Finalmente, outra vertente que não pode ser descurada é a informação mais conjuntural, mas que, em cada momento, se revele decisiva para os professores e para as escolas. Esta será objecto de materiais próprios e variados, destinados ao placar sindical ou para distribuição aos professores.



Arquivo SPN

Reforçar a sindicalização e garantir a sustentabilidade financeira

A análise e a caracterização do movimento de sócios que constam do relatório apresentado na já referida Conferência de Organização – e que podem ser confirmados nos quadros em anexo – permitiram identificar, nos então 25 anos de vida do SPN, três fases distintas:

1ª Até 2003, houve um aumento progressivo e sustentado do número de sócios.

2ª Em 2004/2005, assiste-se a um aumento considerável do número de sócios.

3ª A partir de 2006, pela primeira vez, apresentam-se valores anuais negativos.

Estas fases apareciam relacionadas com factores conjunturais e estruturais, dos quais referimos apenas dois exemplos: alterações estatutárias do sindicato (limitação do tempo em que um sócio pode manter a sua condição sem qualquer quotização; obrigatoriedade de quota para docentes aposentados e desempregados) e momentos particularmente conturbados na vida dos professores (o concurso de 2004 decorreu de forma tão desastrosa que, em apenas dois meses, levou à sindicalização de mais de 800 docentes).

Apontavam-se como possíveis explicações para o facto de, nos 18 meses anteriores à conferência, o número de saídas de associados ser superior ao das entradas, o ataque inqualificável de que os docentes vinham sendo alvo, o aumento do trabalho precário e a crise económica. Considerava-se ser necessário conhecer melhor as razões de dessindicalização e trabalhar no sentido da fidelização dos novos sócios, cuja desvinculação era, tal como hoje, percentualmente mais elevada do que a dos sócios mais antigos. Desde logo, esta constatação parece fazer crer que estamos perante uma visão mais utilitária da organização, pouco sustentada num sentimento de pertença ao sindicato. Por outro lado, alertava-se para a necessidade de acompanhar os estudos relativos ao movimento de sócios, no sentido da inversão da tendência negativa aí manifestada, o que – se excluirmos o ano de 2008 – ainda se mantém (cf. quadros em anexo).

Sabemos que esta situação é comum a outros sindicatos, mas não pode deixar de constituir um factor de grande preocupação, sobretudo porque temos que encarar a possibilidade de 2011 vir a ser um ano ainda mais complicado, devido às consequências do agravamento da crise económica e à aplicação das medidas previstas para a Educação, traduzidas em cortes salariais, congelamento de progressões, aposentações antecipadas, mais precariedade e desemprego.

Neste quadro, a diminuição das receitas de quotização obriga a um grande rigor na construção e execução dos orçamentos – através de um controlo orçamental trimestral – e à necessidade de construir quadros prospectivos de cenários de evolução da situação, procurando garantir a sustentabilidade financeira como suporte de uma intervenção qualificada e eficaz.

Reforçar a capacidade de representação do sindicato e renovar a organização

Temos perfeita consciência de que os problemas acima referidos não são específicos do SPN, antes afectam o movimento sindical em geral. Da discussão interna que temos feito, concluímos que é necessária e urgente uma profunda renovação nos modos de agir dos sindicatos, em diferentes dimensões: cultural, geracional, definição das políticas reivindicativas e formas de luta, cuja eficácia é preciso analisar. No actual contexto, tem sido de difícil conciliação a resposta às exigências crescentes da actividade sindical, dada a multiplicidade de frentes em que o SPN está envolvido, nomeadamente quanto à participação em iniciativas de âmbito geral ou noutras, de âmbito mais específico. A este respeito, temos vindo a chamar a atenção para a necessidade de uma melhor articulação e coordenação das acções reivindicativas agendadas, que por vezes se sucedem ou se sobrepõem, e nas quais a fraca participação não reflecte a necessária dimensão da luta.

Finalmente, é imprescindível uma renovação de quadros. Já foi referida a importância da formação sindical para a envolvência de todos. Importará, agora, referir a definição de uma política sindical que favoreça uma maior participação dos jovens, que muitas vezes vêem o sindicato como algo distante das suas expectativas e da sua linguagem. Precisamos de reforçar a nossa capacidade de representação, atraindo mais jovens, e, para isso, temos que encontrar estratégias para o seu envolvimento. É com os jovens que os sindicatos podem renovar-se e preparar o futuro.

Neste contexto, ganha a maior relevância a dinamização de uma campanha de afirmação do SPN que permita reforçar o sindicato em número de associados e na sua acção de defesa dos interesses dos educadores e professores, da Educação e da Escola Pública.

O velho delegado sindical e o facebook

Os professores do Norte estiveram reunidos no seu 7º Congresso, uma organização do Sindicato dos Professores do Norte. Um congresso é sempre um momento que marca o início de uma caminhada; importa, agora, aprofundar algumas das questões afloradas no encontro de Guimarães.

Em vários momentos, diversos congressistas reflectiram as dificuldades do SPN e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) em desenvolver trabalho sindical.

A realidade dos nossos dias é corporizada por vivências individualistas, onde a dimensão colectiva, nas suas mais diversas expressões, quase não existe. Tendo isto como base, podemos observar as dificuldades que quase todas as organizações sociais sentem nos tempos que correm: os clubes e associações de bairro, as igrejas, os partidos, os sindicatos.

E se o indivíduo parece distante do colectivo, também as dinâmicas dos diferentes poderes não favorecem o trabalho sindical. Por razões óbvias, os detentores do poder, nas suas mais diversas formas, não favorecem o trabalho das organizações de quem trabalha.

Mas nós, que fazemos este sindicato, este sindicalismo, e que partilhamos um ideal de Escola Pública e de profissão, não podemos ficar apenas pela análise das dificuldades, nem tão pouco na expressão da impotência de nada mais poder ser feito. Temos de encontrar novas práticas, questionar o que temos feito e construir abordagens mais eficazes.

Como? Com Paulo Freire.

Conscientização e dialogicidade

Ser Sindicato – assim mesmo, com S maiúsculo – é pensar, comunicar e agir em permanência. Poderá ser muitas outras coisas, mas estas terão que existir em permanência. E a comunicação tem um papel central, talvez o mais importante, porque permite as outras duas.

Em Paulo Freire, a dimensão ideológica é evidente e, seguindo uma linha humanista (o Homem como ser de opções), marca um encontro claro com a liberdade, que é, na sua opinião, a razão última da Educação. Sugere também duas ideias-base para o processo educativo:

“A conscientização não é apenas tomar conhecimento da realidade. A tomada de consciência significa a passagem de imersão na realidade para um distanciamento desta realidade. A conscientização ultrapassa o nível da tomada de consciência através da análise crítica, isto é, do desvelamento das razões de ser desta situação, para constituir-se em acção transformadora da realidade. O diálogo consiste em uma relação horizontal e não vertical entre as pessoas implicadas, entre as pessoas em relação. Como ele [Paulo Freire] afirma, ninguém educa ninguém. Ninguém se educa sozinho. Os homens se educam juntos, na transformação do mundo. Nesse processo se valoriza o saber de todos. O saber dos alunos não é negado” (Moacir Gadotti).

Freire entende o diálogo como o “encontro dos homens mediatizados pelo mundo para dar um nome ao mundo”. Assim, devemos entender a relação humana como um espaço de cêndências perante os argumentos críticos de outros, porque não existe uma verdade. O diálogo é uma característica imprescindível num contexto comunicativo.

O SPN, se quiser continuar a ser a maior e mais prestigiada organização de professores do Norte, tem que suportar a sua prática nestas duas ideias de Paulo Freire: contribuir para que a sociedade, e os docentes em particular, tomem consciência sobre as mais diversas dimensões sociais e educativas e sejam capazes de participar activamente num diálogo (no sentido que Freire lhe dá) construtor de algo verdadeiramente democrático – não temos feito isso nos últimos anos.

O ataque de Sócrates à Escola Pública assentou em vários pilares, um dos quais passou pela limitação do número de quadros sindicais. Manifestamente, os dirigentes a tempo inteiro “não chegam para as encomendas”, se a prática for a de sempre. Vamos então apontar um caminho, certamente errado – mas, como alguém disse, mais vale radical e errado do que monótono e certinho.

Recriar o núcleo sindical

O trabalho dos dirigentes desenvolve-se na hiper-estrutura sindical (Fenprof, CGTP, Frente Comum, etc.), na vida diária da organização (reuniões internas, funcionamento das delegações) e no apoio aos professores (sócios ou não, nas sedes ou nas escolas).

Seria importante, numa perspectiva de gestão dos recursos humanos existentes, que se fizesse uma divisão mais eficaz dos diferentes espaços de intervenção, de modo a aproximar o sindicato das escolas e dos professores. Não podemos todos fazer tudo, porque aí o desgaste é devastador.

Temos que voltar a centrar a nossa actividade junto dos professores. O SPN não pode e não deve viver nas secretárias – tem que existir nas salas de professores, nas escolas. E para que isso seja possível, temos que alocar a este trabalho a parte mais significativa da nossa tarefa.

Cada dirigente sem redução tem que assumir o seu papel de ponte, nos dois sentidos, entre os colegas e o sindicato – tem que passar a mensagem do sindicato, mas também tem que fazer chegar ao sindicato o que pensam os professores. Este dirigente tem um papel em tudo igual ao do delegado sindical. O velho delegado sindical.

Ambos terão a seu lado um dirigente com redução no horário, e por isso mais disponível para os acompanhar em permanência. Em cada concelho (grandes cidades) haverá um núcleo sindical, que se deve encontrar de forma informal com a regularidade necessária. E uma vez por mês poderíamos conversar com o dirigente que nos acompanhava.

O dirigente com redução teria também assento na vida interna do sindicato, mas não estaria na hiper-estrutura, ao passo que os elementos nas organizações do SPN também não teriam que se preocupar com o trabalho de escola. As organizações regulares e internas do SPN serviriam para o ponto de encontro. Digamos que haveria duas equipas com papéis distintos, que se encontravam em espaços e momentos comuns.

O papel dos dirigentes que faziam as pontes não seria o de irem às escolas como os detentores da verdade, com um discurso datado, gasto e demasiado agressivo – não funciona desse modo. Teriam como principal função ouvir os colegas, questionar, provocar a reflexão; servir como catalisadores da mudança, e não como os autores dessa mudança.

É isto que me diz a experiência como dirigente de escola.

Agilizar a comunicação

Feita a síntese, poderíamos ainda recorrer a diferentes meios de comunicação: a revista para a reflexão mais profunda, o site para o mais actual e uma abordagem às redes sociais: facebook, twitter, e-mail, blogues – como estrutura social, não podemos continuar a ignorar estes canais.

A necessidade de pensar a comunicação é real e deve existir, mas temos que ser mais ágeis na comunicação com os professores, criando condições para que eles se aproximem do sindicato. Ao contrário do que se diz, ninguém se mobiliza só pelo facebook ou pelo twitter – isso funciona nos momentos em que a mobilização já está em níveis elevados, como foi o pico da luta em 2008/2009. Agora, para a manifestação do Campo Pequeno, como se viu, a mobilização aconteceu de forma mais vincada, onde “existe” sindicato. Fica evidente que este investimento numa nova forma de comunicar – nos dois sentidos – criará condições para que os professores mais novos se sintam mais próximos do sindicato.

No congresso foram inúmeras as intervenções que se referiram à dificuldade de trabalhar sindicalmente com os professores mais novos. Há muitos que não querem saber, e nunca quererão, mas não haverá colegas contratados, das AEC, do Particular, enfim, precários, que estejam interessados em lutar por uma vida melhor?

Claro que há! Vale a pena tentar.

Vamos ao debate.



Arquivo SPN

João Paulo Silva,
Direcção do SPN

Reflectir e discutir a organização sindical

Os governos de José Sócrates têm-se pautado, entre muitas outras coisas, por uma política de consecutivos ataques às organizações sindicais. Foi neste sentido que uma redução drástica de dirigentes a tempo inteiro se verificou nos sindicatos nos últimos anos e que se traduziu, no caso do Sindicato dos Professores do Norte, num corte em mais de 50%. A acrescer a esta situação, a proibição da participação dos docentes em reuniões fora do local de trabalho contribuiu para dificultar ainda mais o trabalho sindical.

As realidades a nível local são distintas e, assim, as possibilidades de desenvolvimento de um trabalho mais direccionado também. Mas no caso do distrito de Braga, a situação fala por si: 90 agrupamentos (cada um com várias escolas do 1º Ciclo e jardins-de-infância) distribuídos por 14 concelhos, com especificidades que obrigam a uma gestão diferenciada, sempre com uma dificuldade acrescida: conseguir chegar a todas as escolas e a todos os professores e educadores. Tarefa que se torna difícil, dada a enormidade de estabelecimentos de educação envolvidos, quando os dirigentes com redução para dar resposta a todos eles são apenas 2,5. Mais difícil, ainda, porque, andando pelas escolas, não podemos estar em permanência nas delegações do sindicato para atendimento aos sócios.

No entanto, e apesar das dificuldades, o SPN tem procurado supri-las. E se bem que não se possa substituir o contacto com os professores por e-mails ou mensagens, a verdade é que também eles contribuem para o desenvolvimento da actividade sindical, nomeadamente em alturas em que, de um momento para o outro, é necessário fazer chegar informação aos docentes, ou mesmo mobilizá-los – lembro que mobilizações recentes foram feitas também por estes meios, nomeadamente para iniciativas mais localizadas.

O certo é que é imprescindível reforçar a rede de delegados sindicais. É importantíssimo termos na escola alguém que é a referência do sindicato para os docentes que ali exercem (pelo menos seria o desejável). É importante que exista alguém na escola que, sabemos, mobilizará para as manifestações, para as greves, e que, inclusive, tem a preocupação de limpar e actualizar o placar sindical (quando existe), que em muitas escolas, infelizmente, permanece com um amontoado de papéis que não permitem ver a informação mais importante do momento.

Mas, por outro lado, como combater as atitudes daqueles que, depois de passarmos um dia inteiro em Lisboa, numa iniciativa amplamente divulgada e destinada especificamente ao problema deles, nos enviam, nesse próprio dia, um e-mail a perguntar quando é que vamos fazer alguma coisa por eles, porque nada temos feito?

Como evitar marcar uma reunião em hora e dia que pode vir a não servir aos docentes de uma escola, depois de alguém se ter comprometido dois meses antes a fazê-lo, sob o compromisso de auscultar os colegas, e não o fez?

Que dizer àqueles colegas que, tendo estado na sala de professores quando a reunião de escola foi anunciada, e não compareceram por opção, surgem publicamente a dizer que o sindicato nunca fez nenhuma reunião na escola deles?

E o que dizer daqueles que, tendo-se recusado, por indisponibilidade de tempo, a levar materiais do sindicato para a sua escola, vêm mais tarde a público afirmar que ninguém os chama para fazer nada?

No mínimo, é desonesto.

O trabalho sindical é um trabalho exigente. É algo que temos de melhorar; algo em que temos de acreditar. Mas não podemos avaliar o trabalho sindical se, em simultâneo, não fizermos uma análise sobre a vida de hoje nas escolas, os horários penalizadores, o nível de exigência da ocupação dos professores e educadores e o seu direito ao tempo para a família, que cada vez mais limitam a participação dos docentes na actividade sindical. Na abertura do 7º Congresso, o coordenador do sindicato, Abel Macedo, disse claramente que precisamos de minimizar as nossas debilidades. E o agendamento deste assunto para o próprio congresso demonstra uma grande preocupação da Direcção. Mas a discussão e reflexão não podem ficar por aqui; temos que as continuar, tanto mais que se adivinham novos atentados contra a actividade sindical. Esse tem que ser o nosso compromisso. Precisamos de continuar a acreditar que um outro futuro é possível. E que esse futuro também passa por nós!

Júlia Vale,
Direcção do SPN

A PROPÓSITO DO 8 DE MARÇO

No encerramento das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CGTP) promoveu uma conferência sobre os desafios da luta pela igualdade. Como membro da direcção da União de Sindicatos do Porto e da comissão, pelo Sindicato dos Professores do Norte, tive o prazer de assistir à iniciativa, que contou com a participação de Inês Fontinha, presidente da associação “O Ninho”, e de Maria José Maurício, especialista em questões de igualdade.

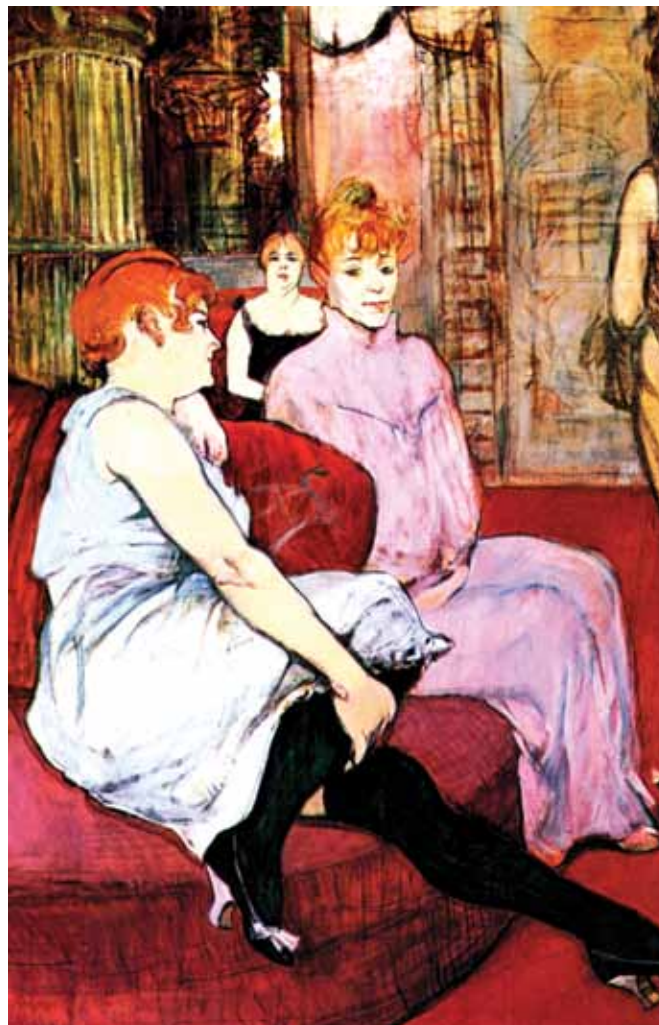
Na abertura da sessão, a coordenadora da comissão, Odete Filipe, fez uma breve caracterização da situação das mulheres trabalhadoras, salientando o muito que foi conquistado, mas alertando para o que ainda há a fazer para se atingir a igualdade de géneros. Chamou depois a atenção dos presentes para uma questão que começa a levantar-se – e sobre a qual a CGTP deverá emitir um parecer – quanto à legalização da prostituição como trabalho.

Embora admitindo uma multiplicidade de posições, Inês Fontinha apresentou depoimentos arrepiantes e chocantes de jovens prostitutas que revelam o quão humilhante e degradante essa actividade é, pelo que considera a sua legalização um atentado aos direitos das mulheres e aos direitos humanos.

Corroborando esta posição, Maria José Maurício esclareceu por que é que mulheres e homens devem rejeitar inequivocamente que a prostituição seja legalizada e considerada “trabalho”, muito menos “trabalho digno”. Orientando a sua reflexão em torno de uma definição de trabalho (“actividade emancipadora que contribui para a riqueza do país, para o bem-estar social e para o progresso da humanidade, com direitos e respeito pela dignidade de quem trabalha”), evidenciou que a prostituição não se enquadra em tais princípios, pelo que não é um trabalho digno. “É, isso sim, uma actividade mercantil destinada à comercialização e exploração do sexo e vincadamente feminina”.

Segundo Inês Fontinha, “a sexualidade deve ser vivida com afectividade, com responsabilidade e com partilha, e não como sexo pago”. Legalizar a prostituição “significa que, sob certas condições, é permitido explorar e abusar das mulheres. Significa que a mulher está habilitada a vender o seu corpo, tornando-se, por isso, mercadoria”. Como refere a activista anti-prostituição Donna Hughes, num dos seus muitos artigos, “a mercantilização da mulher leva-a a tornar-se cidadã de 2ª classe e normaliza o conceito de que um ser humano passa a ser propriedade de alguém” – inadmissível, digo eu! No final da conferência, foi aprovada uma resolução com as principais reivindicações da CGTP-IN relativamente à situação laboral da mulher e inaugurada a Sala da Mulher Trabalhadora – um espaço decorado com quadros alusivos às lutas das mulheres trabalhadoras e com um, especial e belíssimo, pintado para a ocasião pela artista plástica angolana Dília Fraguito Samarth, também presente.

Maria José Silva,
Direcção do SPN



Sahara Ocidental: até quando...

Até quando vai Marrocos continuar a violar os Direitos Humanos? Até quando vai o mundo continuar a calar e a consentir a ocupação do Sahara Ocidental?

No seu último relatório sobre os direitos humanos, divulgado no dia 8 de Abril, o Departamento de Estado norte-americano confirma as violações daqueles direitos por parte do reino de Marrocos. Estas violações acontecem sobretudo nos territórios que Marrocos mantém ocupados no Sahara Ocidental.

São frequentes as torturas, os espancamentos e as detenções arbitrárias. É o caso de três presos de consciência saharauis, defensores dos Direitos Humanos, que empreenderam a sua nona greve de fome na prisão, exigindo um julgamento justo, e que escreveram a carta que adiante se transcreve. Assinada por Ali Salem Tamek (preso nº 50010), Brahim Dahane (preso nº 50014) Ahmed Naciri (preso nº 50015), a carta é datada de 12 de Abril de 2011.



Da prisão de Salé

“Marrocos continua determinado a privar-nos do nosso direito a um julgamento justo e imparcial. Entretanto, somos forçados a passar por um cenário prolongado e vergonhoso que contraria a vontade colectiva e os apelos de movimentos de direitos humanos internacionais e marroquinos que exigem a nossa libertação imediata e incondicional, já que a nossa detenção está ligada à nossa opinião e ao nosso direito à liberdade de expressão.

Já esgotámos todos os procedimentos do sistema judicial marroquino, famoso pela sua subjectividade e falta de independência. Estivemos presentes em todas as sessões de tribunal, nas quais a justiça marroquina violou abertamente as garantias mínimas no que diz respeito à imparcialidade e à legalidade de um julgamento. Empreendemos um conjunto de greves de fome (mais exactamente oito), a mais longa das quais teve a duração de 41 dias, exigindo um julgamento rápido, justo e imparcial.

Além disso, enviámos muitas cartas às autoridades governamentais marroquinas, às instituições e aos órgãos judiciais especializados em direitos humanos, para os informar da nossa situação perigosa, que constitui uma violação das normas internacionais em matéria de direitos humanos. Os últimos contactos que tivemos foram com o secretário-geral do Conselho Nacional dos Direitos Humanos marroquino, Sr. Mohamed Sabbar, na quarta-feira, dia 6 de Abril de 2011.

Não obstante todos estes factos, o Estado marroquino mantém-nos detidos ilegalmente, sem julgamento, há mais de um ano e meio.

Por este motivo:

1. Condenamos veementemente a atitude negligente de Marrocos na forma como tem lidado com o nosso processo.
2. Declaramos a nossa decisão de boicotarmos qualquer espécie de interacção ou procedimento por parte do tribunal de primeira instância de Ain Sbaa, Casablanca.
3. Decidimos iniciar uma greve de fome na quarta-feira, dia 13 de Abril de 2011, até que seja satisfeita a nossa exigência – que o tribunal chegue a um veredicto no nosso caso ou nos liberte imediata e incondicionalmente.

Por último, queremos prestar tributo a todos os cidadãos estimáveis do mundo livre; a todos aqueles que têm envidado todos os esforços no sentido de transmitir a nossa voz e a nossa tragédia e que têm apoiado a nossa luta legítima”.

Resistirei



Erguerei bem alto a denúncia...

A afirmação da minha voz!

Serei presente!

Resistirei até ao limite do querer!

Afirmarei o orgulho da minha história.

Mostrarei o volume dos meus dias

Na presença do meu ser.

Serei último, e que o seja!

Apagar-me-ei?

Muito lentamente...!

Jorge Pimentel
(texto e foto)

Narrativas é um espaço de expressão criativa para os leitores da «SPN-Informação», professores ou não. Por norma, os textos não deverão exceder 2.500 caracteres; também são aceites fotografias e realizações plásticas, ou outras. Os trabalhos deverão ser enviados por correio postal ou para spninfo@spn.pt, sempre com a indicação de um contacto telefónico e com a menção para publicação em Narrativas, reservando-se a «SPN-Informação» o direito de os publicar ou não — a revista não se compromete com a devolução dos materiais recebidos. Os autores poderão preservar a sua identidade, solicitando a utilização de pseudónimo. A autenticidade da autoria dos trabalhos é da exclusiva responsabilidade dos remetentes.

Alto da Fontinha: libertar espaços, criar alternativas



Engavetado pelas ruas de Santa Catarina, Gonçalo Cristóvão e do Bonjardim, o monte da Fontinha é “um dos mais típicos e generosos aglomerados populacionais tripeiros”; segundo Germano Silva, “foi por estas bandas que [...] se deram os passos mais decisivos do movimento operário portuense”. Com o passar do tempo, gradualmente, o ciclo despovoamento-abandono-degradação foi apagando marcas, abrindo feridas, excluindo a Fontinha, que hoje será das zonas mais esquecidas dos portuenses. Entretanto, algumas iniciativas têm tentado reanimar o velho bairro operário: primeiro, a Fábrica Social, iniciativa da Fundação José Rodrigues; depois, a Quinta das Musas (Associação Musas e Terra Solta). Mais recentemente, a antiga escola primária está a ser objecto de uma intervenção cívica: no dia 10 de Abril, um grupo de cidadãos ocupou o espaço, há anos abandonado pela autarquia, para o devolver à comunidade. Nesse domingo, houve música, jogos, teatro, jantar e cinema. Dois dias depois, com a realização de uma assembleia aberta, o projecto ES.COL.A - Espaço Colectivo Autogestionado começava a ganhar sentidos.

Um alerta. “O meu nome é Marta, tenho 25 anos e resido no Porto desde sempre. Moro na Rua da Fábrica Social, na Fontinha, entre Santa Catarina e a Rua do Bonjardim, e assisto todos os dias à degradação da escola da Fontinha. A escola foi fechada há cerca de 4 anos pela câmara e desde então tem sido vandalizada e assaltada. Consta pelos polícias, bombeiros e funcionários da câmara que roubaram desde a instalação eléctrica, lâmpadas, computadores, material, secretárias, aquecedores, etc. A câmara [Municipal do Porto] precisa de ser responsabilizada por isto. Por permitir isto. Por abandonar uma escola, deixá-la ao abandono, ter notícia de que é completamente vandalizada e nada fazer. Os portões continuam facilmente abertos e os muros são fáceis de transpor. [...] Sei que não é o melhor meio para alertar a sociedade para esta questão, mas envio-lhe o e-mail à mesma e estou a tentar descobrir o que posso fazer para tentar melhorar a situação, sendo que a câmara e a junta de freguesia parecem não querer saber nem responder”. (*Escola da Fontinha Vandalizada, publicado em outra-face.blogspot.com, 24.03.2011*)



Uma carta. “Seguindo o exemplo das crianças, que ainda há pouco tempo saltavam estes muros para jogar à bola, juntamo-nos para tentar devolver este espaço público aos seus reais proprietários, a comunidade. Queremos que esta acção inspire projectos semelhantes, noutros lugares abandonados, para assim conseguirmos acabar com a degradação e o estado de abandono da nossa cidade.

Somos um grupo de pessoas que sente falta de um espaço autónomo, livre e não-comercial, onde desenvolver actividades que não sejam focadas no lucro ou na viabilidade económica. Perante a inactividade e desrespeito pelo património que a câmara municipal [do Porto], as autoridades competentes e os proprietários mostram, decidimos agir pelas nossas próprias mãos.

Queremos criar um centro autónomo, aberto para diferentes iniciativas, que não sejam discriminatórias. Só o podemos fazer com a tua participação e a de toda a vizinhança. Queremos que este espaço seja livre de hierarquias e que as decisões sejam tomadas por tod@s que participam.

As actividades que se realizam hoje são um exemplo das actividades que podem vir a acontecer neste local. Acreditamos que, para uma cidade melhor, os espaços não devem ser emparedados, mas abertos, para as pessoas criarem alternativas”. (*Libertar Espaços, Criar Alternativas, carta distribuída aos moradores*)



Uma notícia. “A antiga escola primária do Alto da Fontinha, no Porto, foi hoje ocupada por um grupo de pessoas que pretende devolver aquele espaço público à comunidade, se não como escola, sua anterior funcionalidade, pelo menos para espaço de oficinas, leitura, convívio e lazer, mantendo o carácter para que foi projectada.

A acção surpresa arrancou em moldes festivos, ao som de ritmos de resistência, e prossegue ao longo desta tarde de domingo com um animado programa, com jogos, arte, oficinas, teatro, cinema. [...] O objectivo é que o espaço venha a ser autogerido pela comunidade, com o apoio de quem promove a iniciativa”. (*Escola Restituída à Comunidade, publicado em escoladafontinha.blogspot.com, 10.04.2011*)



Uma assembleia. “Transformar a ES.COL.A do Alto da Fontinha num centro social foi a vontade consolidada ontem, na assembleia que juntou no pátio da ex-escola primária mais de 40 pessoas, uma dezena das quais moradores do bairro e nas redondezas.

Ideias várias foram lançadas por voluntários disponíveis para as concretizar: fazer doação/colecta de livros e criar uma biblioteca, dinamizar leitura para crianças, criar centro de estudos, oficinas de clown, de teatro, de bicicletas, de defesa pessoal, de breakdance, de técnicas de impressão, de desenho, de grafiti, jantares populares, debates sobre diversos assuntos, conversas sobre a história da Fontinha...

Há matéria-prima, concluiu um vizinho. Para, logo de seguida, alertar: Mas vocês podem parecer extra-terrestres. Por isso, é preciso fazer uma festa para se darem a conhecer e conhecerem os moradores do bairro. O conselho, ao encontro das intenções da ES.COL.A, foi reconhecido unanimemente. E apontada uma noite para a sua realização: de 24 para 25 de Abril, símbolo de liberdade”. (*Primeira Assembleia, publicado em escoladafontinha.blogspot.com, 13.04.2011*)

«48»: a ditadura em Gondomar

Premiado em vários festivais internacionais de cinema documental, «48», de Susana de Sousa Dias, estreou no dia 21 em salas de Gondomar (Parque Nascente), Coimbra, Leiria, Lisboa e Almada.

A realizadora tem trabalhado nos arquivos da PIDE, sendo autora dos filmes «Processo-Crime 141/53: Enfermeiras no Estado Novo» e «Natureza Morta: Visages d'une Dictature» (também exibido e galardoado a nível internacional).

Em «48», Susana de Sousa Dias volta a centrar-se no Estado Novo, recorrendo a fotografias de cadastro de prisioneiros políticos para mostrar como a ditadura se auto-perpetuou durante 48 anos.

sessões especiais para grupos

ines.mestre@alambique.pt | 213 465 238 | 963 127 210



CATA LIVROS para jovens leitores

Foi apresentado no início de Abril um projecto desenvolvido pela equipa Gulbenkian/ Casa da Leitura que utiliza a internet para aproximar os jovens leitores de um conjunto de títulos essenciais da literatura para infância e juventude, com destaque para a produção nacional.

Assentando no carácter lúdico e interactivo das narrativas e desafios propostos, o portal [www.catalivros.org] é dirigido a leitores dos 8 aos 12 anos e foi desenvolvido a partir da representação de uma casa, com salas e recantos, caves e sótãos.

Os livros abordados são escolhidos segundo critérios de qualidade literária e estética, mas também de representatividade histórica e estilística, sem descuidar a atenção ao texto e ao grafismo. Mensalmente, haverá um tema diferente e, dentro desse tema, um livro destacado e outros abordados de modos diversos.

O portal permite também a bibliotecários, professores, pais, etc., por um lado, aceder, através de um conjunto de recursos, aos livros que alimentam a curiosidade dos leitores e, por outro, a um conjunto de reflexões, projectos e práticas na área da promoção da leitura.

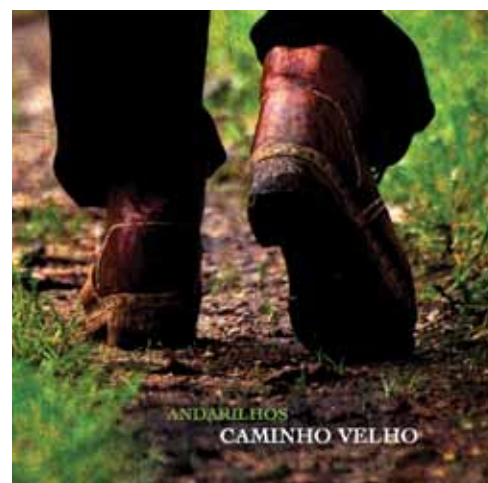


ANDARILHOS DE VOLTA

“Viemos por caminhos velhos! Mais do que chegar, entusiasmos-nos a viagem ao encontro da cultura e das gentes: histórias, ritmos e melodias de um Portugal caminhado, talvez esquecido, mas sem dúvida inspirador! A velocidade dos dias apressou a abertura de outros caminhos. Ir por caminhos velhos é hoje ‘a opção’ de quem insiste em não deixar esquecer. Cresce o desejo de lhes juntar os nossos passos... Façamo-nos ao caminho!”

Assim se apresentam os Andarilhos, de regresso à edição discográfica, com «Caminho Velho» (edição Açor, com o apoio da Câmara Municipal de Baião). Andarilhos é um grupo vocacionado para a promoção e divulgação da música portuguesa de raiz tradicional, mas apostando sempre na fusão com sonoridades actuais.

O grupo formou-se em 1991, em Baião, e reestruturou-se em 1997, com a actual formação. Em 2003, gravou «Alvorada» (Açor) e, um ano depois, «Ao vivo no Teatro Helena Sá e Costa». Em 2006, venceu a edição nacional do concurso Eurofolk, *ex aequo* com os Diabo à Solta.





Sinais deste tempo

Um jovem e pequeno país do chamado *terceiro mundo* propõe-se moralizar o sistema financeiro internacional, intervindo no estabelecimento das taxas de juro aplicadas na aquisição de dívidas públicas para tentar “arrastar para baixo” as famigeradas agências de ratonice (de *rating*, no léxico económico-financeiro). O país é Timor-Leste e o anúncio foi feito por Ramos-Horta, que se manifestou indignado pela situação de que Portugal está a ser vítima e pela impunidade com que a especulação financeira põe em causa a estabilidade e a sobrevivência de comunidades. Na oportunidade, Ramos-Horta considerou desejável que Timor-Leste, Brasil e Angola se constituam numa tríade de protecção e apoio a Portugal, adiantando que, após as próximas eleições legislativas, Timor-Leste encetará negociações com o governo resultante para aquisição de dívida portuguesa a *juros razoáveis*. Portugal deve reforçar as relações económicas com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e apostar em novos mercados, nomeadamente asiáticos, disse ainda o Presidente da República timorense. Por falar em Presidente da República... No meio da agitação que por cá anda, com proliferação de inflamadas declarações partidárias, e não só, Cavaco Silva tem-se dedicado a um estranho silêncio público (eventualmente primoroso, o futuro o dirá...), apenas com uma ou outra anódina declaração em que o que mais ressalta é alguma dificuldade de equilíbrio, com frequente deslocação do apoio do corpo de um pé para o outro – em alguns *mentideros*, corre a hipótese de algum problema de saúde, o que obviamente não se deseja, antes se lamenta sinceramente. Ao invés, um certo sinal de vitalidade tem sido dado com a adesão do PR às novas tecnologias e às redes sociais. Não tem mal, pelo contrário, mas convém que o “Presidente de todos os portugueses” tenha em atenção que nem todos os portugueses têm facebook (longe disso) e assim correm o risco de ficar sem pau nem bola, que o mesmo é dizer sem facebook nem presidente.

Ainda o PR – neste caso, antigo. No mesmo fim-de-semana em que decorria a celebração da eucaristia socialista, em Matosinhos, com Mário Soares a apaparicar o conclave com a sua presença apaziguadora (transposto de além por registo videográfico), o «Expresso» publicava o “manifesto dos 47”, de que Soares é subscritor, que traça um quadro negro da situação do país, apelando a um entendimento que os socialistas se apressaram a desvalorizar. E nos dias seguintes não se eximiu de acentuar os momentos erráticos de Sócrates. Em alguns *mentideros*...

[Abro um parêntesis para confessar a minha perplexidade. Não acreditando que o estado comatoso do país seja consequência, apenas, da governação PS (lembro-me de ministros do PSD, do CDS e até de alguns independentes), que diabo se passa na cabeça dos sucessivos governantes para, salvo raras excepções, não se demarcarem do malfadado des-governo dos seus antecessores, antes tornando-se cúmplices na continuidade do logro? Não haverá gente séria no tão *fashion* “arco da governação”? Serão todos inimputáveis devedores à inteligência? Estará o regime tão blindado que os responsáveis (pelo menos alguns, para amostra e para sossego dos cidadãos e contribuintes) não possam ser indiciados por gestão danosa, ou pelo menos má? E daí poderem retirar-se as devidas consequências criminais e electivas? O que se passa neste país à beira-mar plantado? Transformámo-nos todos em abóboras, bananas e nêsperas?]

Finalmente, porque esta revista é de Educação (e educada): a ainda ministra parece ter desaparecido logo após esbravejar – como aprendi com o Paulo Sucena – contra a revogação do modelo de avaliação dos professores pela Assembleia da República; medida (atrapalhada?) com que a Oposição pretendeu devolver a tranquilidade às escolas, mas que, afinal, ainda não revelou grande eficácia, uma vez que o “Presidente facebook” decidiu suscitar a fiscalização da iniciativa pelo Tribunal Constitucional. Cumprida aquela última ária, a ministra terá sido vítima de um apagão e já estará de regresso à escrivaninha editorial.

D^a Isabel Vilar, os educadores e professores desejam-lhe um bom regresso. A senhora sai, mas eles continuarão na defesa dos legítimos interesses profissionais e da qualidade da Escola Pública – onde, certamente, não deixarão de ler e recomendar as engraçadas aventuras de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada.

António Baldaia



nesta edição

a abrir

02. **Sob o domínio do PROJECTO**

editorial

03. **Para onde vai este país?**

acção sindical

05. **Fenprof realizou acção de denúncia sobre rede escolar**

06. **Mega-agrupamentos: mega-constrangimentos + dificuldades**

09. **Todos à rua no 1º de Maio!**

do superior

10. **Avaliação vazia de efeitos positivos**

11. **A maioria dos regulamentos conhecidos são...**

12. **Passagem das universidades a fundações suscita inúmeras questões de direito privado**

notícias spn

14. **Delegação do SPN deslocou-se a Angola**

16. **Eleição dos Corpos Gerentes do SPN | Rumo ao Báltico | Aposentações**

17. **Gestão das escolas e mega-agrupamentos**

18. **Melhorar a organização para reforçar a intervenção do SPN**

opinião

22. **O velho delegado sindical e o *facebook***

24. **Reflectir e discutir a organização sindical**

nacional

25. **A propósito do 8 de Março**

internacional

26. **Sahara Ocidental: *até quando...***

narrativas

27. **Resistirei**

vemos, ouvimos e lemos

28. **Alto da Fontinha: libertar espaços, criar alternativas**

apostas spn

30. **"48": a ditadura em Gondomar | CATA LIVROS para jovens leitores | Andarilhos de volta**

a fechar

31. **Sinais deste tempo**

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXVI · II Série · N.º 45

Abril 2011 · 2 euros

spninfo@spn.pt